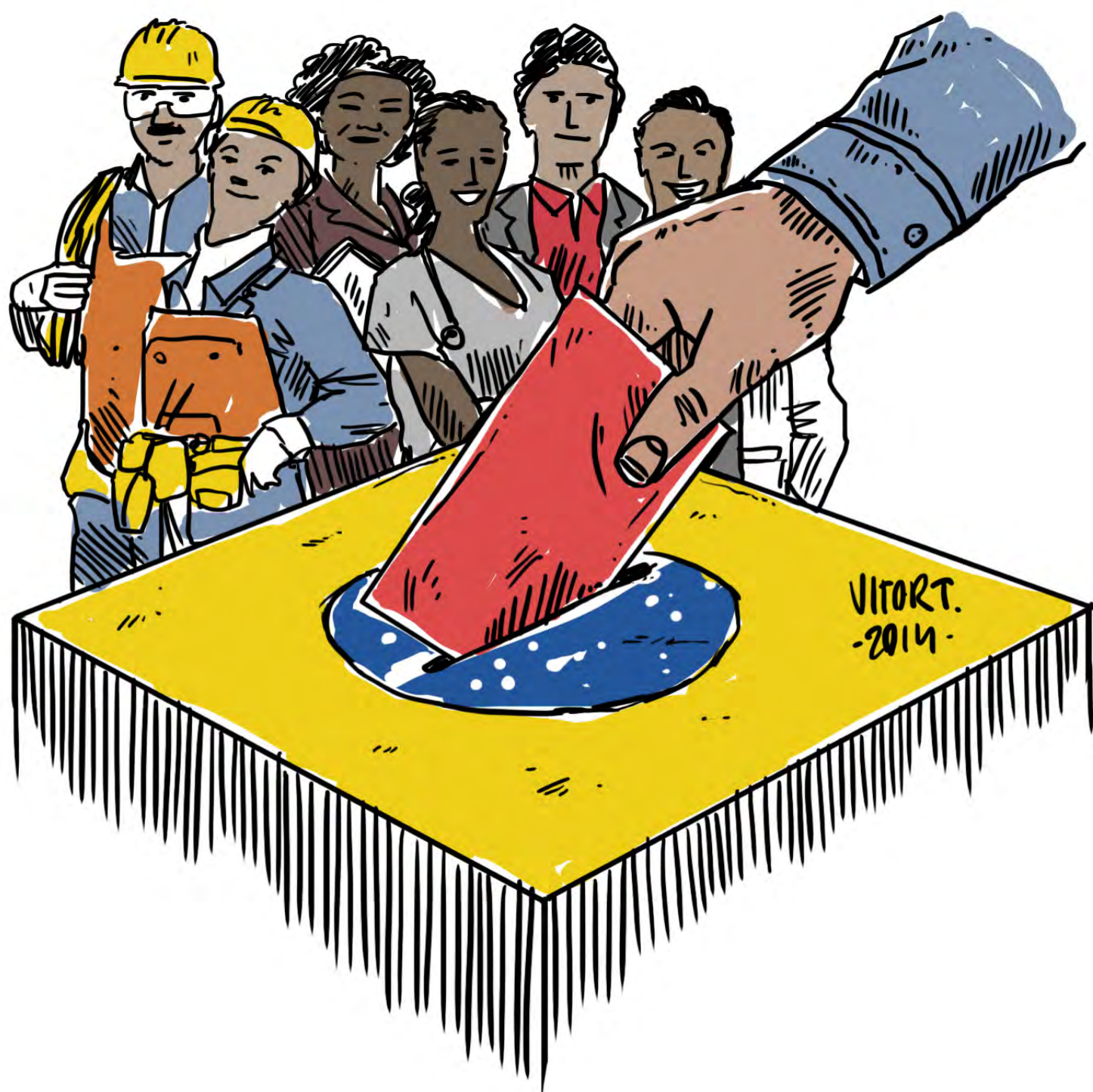


A CNTU e as eleições de 2014

Contribuições e propostas dos profissionais universitários para o País



SUMÁRIO

Apresentação: Os profissionais universitários e sua contribuição ao debate sobre os rumos do Brasil

Diretriz I – Estado, democracia e participação social.....32

1 – Consolidação e avanço da jovem democracia brasileira.....	32
2 – Estado para expansão da vida coletiva e civilizada.....	33
3 – O fundamental papel do Estado brasileiro.....	33
4 – Políticas públicas de distribuição.....	34
5 – Políticas públicas de mobilidade social.....	34
6 – Políticas públicas empreendedoras.....	34
7 – Maior participação das mulheres na política.....	34
8 – Políticas que valorizam a vida e o bem-estar.....	34

Diretriz II – Universalização dos serviços públicos.....35

11 – Sistema Único de Saúde como prioridade.....	36
12 – Saúde bucal como política de Estado.....	36
13 – Previdência básica universal.....	37
14 – Reforma da gestão pública.....	37

Diretriz III – Defesa do trabalho e dos trabalhadores.....38

15 – A centralidade do trabalho.....	38
16 – Redução da jornada de trabalho.....	38
17 – Política de salário mínimo para combater as desigualdades.....	38
18 – Valorização do trabalho da mulher.....	39
19 – Valorizar o Ministério do Trabalho e Emprego.....	39
20 – Integração latino-americana.....	40

Diretriz IV – Infraestrutura econômica, social e urbana.....40

21 – Infraestrutura adequada às demandas sociais.....	40
22 – Cidades sustentáveis e boas de se viver.....	41
23 – Mobilidade urbana: prioridade em transporte público coletivo.....	42
24 – Política universal de saneamento básico.....	43
25 – Energia para o progresso econômico e social sustentável.....	43
26 – Democratização das comunicações.....	44
27 – Universalização da banda larga.....	44
28 – Internet pública para todos.....	44

Diretriz V – Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade.....45

29 – Persistir no crescimento econômico com progresso social.....	45
30 – Uma sociedade de prosperidade distribuída.....	46
31 – Mercado interno para impulsionar a indústria.....	46
32 – Impedir a desindustrialização.....	47
33 – O papel afirmativo do Brasil.....	47
34 – Biodiversidade: a grande contribuição do Brasil.....	47
35 – Indústria de baixo carbono.....	48
36 – Economia criativa.....	48

37 – Mais Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia.....	48
---	----

Diretriz VI – Cultura e inteligência brasileiras.....50

38 – A riqueza de uma nação é a sua capacidade de criação.....	50
39 – Por um Sistema Nacional de Educação Continuada.....	50
40 – Brasil 2022: O grande salto.....	51
41 – Comunicação e cultura como direitos sociais.....	51
42 – Produção e distribuição de produtos culturais brasileiros.....	51
43 – Descentralização da produção cultural nacional.....	51
44 – Fortalecimento das mídias não comerciais.....	51

Diretriz VII – Bem estar social, qualidade de vida e ética.....52

45 – Por uma ética da convivência.....	52
46 – Bioética para não se fazer mal a ninguém.....	52
47 – Por uma alimentação nutritiva e sem venenos.....	52
48 – Contra o uso abusivo de agrotóxicos.....	53
49 – Uso racional de medicamentos.....	53
50 – Protagonismo social e emancipação das mulheres.....	54

Contribuição dos profissionais universitários para o debate sobre os rumos do Brasil

Doze milhões de trabalhadores universitários brasileiros constituem a base do chamado qualificado. Porcentagem respeitável, em torno de 12% da População Economicamente Ativa (PEA), é uma das sustentações decisivas da estrutura econômica e social do País. É diante desses trabalhadores universitários que a CNTU vem se manifestar sobre o Brasil no processo eleitoral de 2014, procurando desenvolver um olhar sobre o país a partir dessa base de brasileiros que tiveram a oportunidade de se formar numa universidade e a participar do mercado de trabalho com qualificações. Trata-se de uma elite cultural, e assim, obrigada a pensar o País para além de uma perspectiva corporativista ou classista.

Os trabalhadores universitários conformam um segmento social muito diverso, com variadas condições sociais e culturais, dada a diversidade de origens, de formações e de oportunidades. O que identifica esses profissionais, apesar de toda a diversidade de situações, é a busca do conhecimento. Das mais sofisticadas às mais precárias condições de estudo e trabalho, o trabalhador universitário é aquele que se distingue por ser um sujeito apto a buscar o conhecimento. Portanto, é assim que a CNTU se manifesta, convicta de que, mesmo com todas as precariedades que precisamos enfrentar, somos os trabalhadores universitários, fonte de riqueza e prosperidade numa sociedade que não para de almejar superação, elaborando permanentemente o novo, para o qual o conhecimento é fundamental. Uma sociedade do conhecimento é, portanto, uma economia da criação, intensiva em trabalho mais qualificado.

Aumentar a participação do trabalho

qualificado na PEA brasileira é o horizonte que nos anima. Acreditamos que o Brasil deve apostar no conhecimento para dar um salto e alcançar um novo patamar civilizatório e de soberania, afirmando-se como sociedade moderna, industrializada, desenvolvida, de prosperidade generalizada e com alto desempenho sustentável. E para chegar lá, é preciso dar prosseguimento ao projeto de vencer o subdesenvolvimento que ainda persiste nas relações socioeconômicas e políticas em nosso país. Nesse sentido, apresentamos a seguir um conjunto de propostas que visam ao aperfeiçoamento do caminho que vimos perseguindo.

As propostas buscam criar as condições para o País dar um salto à modernidade

Criar as condições para um salto do Brasil para a modernidade é a nossa tarefa. Adquirir musculatura e flexibilidade para dar o grande salto significa ir adiante no projeto sociodesenvolvimentista. Mesmo que com variadas e, muitas vezes, graves imperfeições, não podemos desistir da nossa tarefa de remover mazelas históricas e contemporâneas de altas taxas de exclusão social, de baixa qualidade

educacional, de formação de bolsões de miséria e pobreza ao lado de ilhas fechadas de prosperidade, de país sucateado, sem infraestrutura adequada para integração nacional e expansão econômica e social. Não dá para ser uma nação moderna sem resolver estes problemas basilares, de superação do subdesenvolvimento. Talvez, pela primeira vez, possamos falar em modernidade no Brasil e não apenas em modernização. Esta moderniza setores e mantém outros no atraso, já a modernidade é um processo de universalização de cidadania política, de direitos sociais consolidados, de riqueza justamente distribuída, de inserção na globalização, não com base em vantagens comparativas, e sim como economia criativa de alto valor agregado, com a promoção das riquezas humanas, da biodiversidade, do equilíbrio socioambiental, da alta capacidade intelectual e cognitiva da nação.

As 50 propostas a seguir, expressas em sete diretrizes, são as apostas dos profissionais universitários no Brasil democrático, republicano, moderno, justo, igualitário, educado, empreendedor, líder de uma nova configuração global. Para atingir esse estado, é condição superar as marcas persistentes do subdesenvolvimento na estrutura social, econômica e política, construindo uma real democracia de massas, construindo uma República universalizadora de direitos e um Estado efetivamente democrático.



Diretriz I – Estado, democracia e participação social

1 – Consolidação e avanço da jovem democracia brasileira

Interrompida diversas vezes e por longos períodos da história do País, a democracia brasileira deu passos importantes nas últimas três décadas em direção a uma democracia política efetiva, com eleições livres e periódicas para os cargos de representação política da sociedade. Os representantes eleitos, por sua vez, têm como tarefa elaborar e executar as normas jurídicas que regem as relações entre os indivíduos, as empresas, as organizações sociais e as instituições estatais. Temos avançado também na direção de uma democracia social com a incorporação socioeconômica de milhões de brasi-

leiros até então desprovidos de visibilidade e reconhecimento social. No entanto, ainda há muito o que se fazer para desmanchar a tradição plutocrática na democracia brasileira em que a riqueza, o dinheiro, influenciam em demasia a composição representacional, fazendo com que representantes atuem em favor de privilégios particularistas, ao invés de universalizantes.

A democracia tem como virtude a possibilidade de aperfeiçoamento contínuo, em que as instituições democráticas devem sincronizar-se com o nível de aprendizado político e das demandas da sociedade. Hoje, no Brasil, o avanço da democracia requer ao menos duas decisivas frentes de ação: 1º) garantir a continuidade do Estado

de inclusão socioeconômico recentemente conquistado e continuar esse processo de inclusão socioeconômica dos mais pobres, dos milhões de miseráveis que ainda temos, consolidando uma democracia de massas; 2º) ir além da democracia estritamente institucional, promovendo uma sociedade capacitada a dar conteúdo efetivo aos valores republicanos democráticos. Ou seja, a combinação de igualdade política, igualdade social e exercício pleno da cidadania, aproximando República e democracia, respeitando-se as diversas esferas e níveis de organização da sociedade.

A democracia política é o campo em que os interesses podem livremente se expressar e em que se efetiva o processo de socialização para uma cidadania ati-



va. O seu papel civilizatório consiste em propiciar a passagem do interesse egoísta para a criação do direito como obra continuada de todos, buscando suplantar a fragmentação por laços de solidariedade social. Essa tarefa está muito bem explicitada na Constituição de 1988 na medida em que estendeu às grandes majorias, em contexto democrático, o acesso aos procedimentos que levam à elaboração das leis e mesmo ao controle da sua produção, permitindo aos antigos e novos atores da esfera pública combinar ações da vida associativa e dos órgãos de representação com novos tipos de instituições. Trata-se, portanto, de caminho inédito no Brasil, em que a República se recria por baixo, enraizada nos interesses e expectativas de direitos.

2 – Estado para expansão da vida coletiva e civilizada

O poder do Estado é um agenciamento coletivo para que a comunidade humana – a convivência – possa sobreviver e se expandir. Portanto, trata-se do entendimento do Estado como uma grande produção humana, um patamar de força, onde se afirma a luta das paixões individuais, mas definitivamente um estágio superior, que permite uma melhor convivência entre os diferentes e a oportunidade de produção de relações melhores e mais equilibradas. A sociedade civil deixada por si só não tem mecanismos de universalizar as preferências. Por outro lado, o Estado sem a participação e o controle social é presa fácil do autoritarismo e dos interesses privados de toda sorte que buscam capturar as instituições e funções públicas. Portanto, é decisivo buscar formas de articular impecavelmente essas duas entidades, o Estado e a sociedade civil. Para fazer avançar a democracia numa concepção republicana, é necessário avançar para uma cidadania dotada de referências universalizadoras. Os governos devem, nesse sentido, construir políticas capazes de criar sinergias entre Estado e sociedade, possibilitando avanços na convivência social e alicerçando a governabilidade. Não se trata apenas de agir no plano formal,



criando leis vinculantes para todos, mas também de fazer com que o Estado, através de políticas públicas, impulse no interior da sociedade a cultura política universalizadora para o futuro do nosso país.

Estado sem a participação e o controle é presa fácil do autoritarismo e dos interesses privados

3 – O fundamental papel do Estado brasileiro

O Estado no Brasil teve um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do País e acreditamos que ainda tenha. Em nosso entender o Estado não deve ser grande ou pequeno e sim ter um aparato do tamanho necessário para que possa exercer seu papel em defesa da sociedade e ao mesmo tempo ser controlado por ela.

Nunca é demais lembrar que 83% dos estudantes antes de chegarem à universi-

dade estudam em escolas públicas, e que mais de 150 milhões de brasileiros dependem do Estado para serem atendidos na área da saúde. Portanto, se o Estado não estiver presente, a maioria absoluta da sociedade brasileira não será atendida nas áreas de educação e saúde. Por outro lado, um dos problemas mais graves que levou ao aprofundamento da crise brasileira foi o abandono do planejamento. O planejamento é um instrumento fundamental para que possamos alcançar objetivos de médio e longo prazos, seja na área da educação, tecnologia, saúde, infraestrutura, indústria e outras mais. E quem tem condições de fazer este planejamento, levando em consideração os interesses da maioria da sociedade brasileira, é o Estado.

Por outro lado, para que o Estado possa estar presente de forma efetiva na execução das políticas públicas, precisa ter recursos suficientes para isso. Para tanto, propomos uma reforma tributária estrutural em que possa haver a diminuição da cobrança de tributos sobre a grande maioria do povo brasileiro e também sobre as pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, preservando a capacidade de investimento da área pública. Para alcançar esse objetivo é necessário aumentar a carga tributária direta sobre a riqueza, a propriedade, a renda e a herança, e diminuir esta carga sobre o consumo.



4 – Políticas públicas de distribuição

Nosso País continua entre os dez piores do mundo em relação à distribuição de renda. Apesar de ser a sétima maior economia, o Brasil está na 85ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, é imprescindível para o avanço e a sustentabilidade da democracia brasileira, dar continuidade aos programas distributivistas, aprofundar a política de distribuição e inclusão social.

A perpetuação de misérias e pobreza historicamente criadas, associadas à produção e reprodução de pobreza, soma-se a misérias criadas pelos paradigmas atuais de produção, com o descarte do trabalho e do trabalhador e o desinteresse pelos seus destinos. Esses dois movimentos, um trazido pelo passado, outro pelo presente, devem ser objetos de políticas que garantam futuro: a garantia de um mínimo social, ou seja, das pessoas em condições de extrema pobreza terem acesso a uma renda mínima, impedindo assim a ruptura brutal de laços sociais quando as desigualdades tornam-se extremas e, assim, intoleráveis.

A distribuição de riqueza, e não apenas de renda, torna-se imperativo nas sociedades democráticas em seu estado atual no Ocidente. Desmanchar o nó, antes que ele seja górdio, da alta concentração das riquezas pelas minorias e o baixo acesso à riqueza pelas majorias, converte-se no grande objeto da política, fazendo com que a ação pública ao menos iniba esses processos de concentração através de políticas distributivistas não apenas de renda, mas também de outros diversos serviços e acessos.

8 – Políticas que valorizam a vida e o bem-estar

Para se criar alternativas frente à cultura de consumo desenfreado, de produtos e serviços nos mais diversos aspectos da vida, da saúde, da educação, do lazer, da cultura, da arte, promover as ações que valorizam o bem-estar, a saúde, o convívio, a proteção dos mais vulne-

5 – Políticas públicas de mobilidade social

A previdência, o salário mínimo e o programa Bolsa Família, dentre outros, tiveram papel decisivo na redução da desigualdade, sobretudo para tirar as pessoas da miséria absoluta no Brasil. Esse ciclo ficou evidente na última década com enormes repercussões sobre o mapa social, em que o espaço público e o mercado passaram a receber milhões de brasileiros, antes ocultos nas enormes periferias e bolsões de misérias nas cidades e no campo.

Nesse sentido, é positivo o crescimento da renda do trabalho de 38% para 46% na primeira década deste século (de modo que chegamos onde estávamos em 1980), com a geração de 20 milhões de empregos (94% deles de até 1,5 salário mínimo), a valorização do salário mínimo e as políticas de transferência de renda. No entanto, isso não sustenta o desenvolvimento do País a médio e longo prazos, pois o que ocorreu foi crescimento no consumo, sem desenvolvimento industrial significativo e, por isso, com geração de empregos de baixa remuneração.

Para fazer avançar a democracia socioeconômica no Brasil, não basta a mobilidade praticamente restrita à base da pirâmide social e pouco expressiva nos setores intermediários. Não há progresso econômico e não há democracia real sem classe média forte, culturalmente avançada e empreendedora. É fundamental a educação de qualidade, pública, gratuita e universal, mas isso não basta. É preciso ter política industrial, tecnológica e de fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas com capacidade de inovação.

ráveis (os idosos, as crianças, pessoas com deficiência, doentes e incapazes). Transformar as cidades em lugares com qualidade de vida é imperativo da democracia, caso contrário, podem ser geradas crises insuportáveis de mal-estar e convivência.

6 – Políticas públicas empreendedoras

As políticas de emprego não devem visar apenas ao emprego tradicional, gerados pelo grande investimento, agindo na criação de empregos diretos e indiretos. É necessário, nesse campo de empregos e oportunidades, também experimentar germes de modelos de sociedades laboriais não tradicionais, marcadas pela inovação não só de produtos, mas também nos modos de produzir, distribuir e consumir. O País deve ser um laboratório ou usina de geração de oportunidades que gerem renda, mas que também visem criatividade, qualidade de vida, bem-estar, melhor distribuição dos frutos do trabalho e outros paradigmas que reencantem o trabalho e a vida social.

7 – Políticas públicas para maior participação das mulheres na política

Um dos desafios maiores das democracias neste século é a política contar com maior participação das mulheres e, consequentemente, na distribuição mais representativa entre os gêneros dos cargos políticos e de poder. As mulheres são maioria da população e do colégio eleitoral, e estão perto de ser maioria no mercado de trabalho no Brasil. No entanto, sua representação na política é muito pequena. É preciso mudar isso para que a democracia não seja manca. As mulheres e os jovens são a grande força de renovação da política e assim devem ser saudados, estimulados, apoiados, empoderados, para que de fato a democracia seja mais plena.

Não há progresso econômico e não há democracia real sem classe média forte, culturalmente avançada e empreendedora



Diretriz II – Universalização dos serviços públicos

9 – Serviço público pela vida e igualdade

Por um modelo de prestação de serviço público fundado em princípios éticos e respeito aos direitos de cidadania, cuja dimensão normativa seja elaborada a partir da experiência histórica, que acumulou conquistas notáveis nos campos da economia, da política e da cultura. Em matéria de cidadania, os direitos políticos avançaram, com a universalização do voto e a eleição de presidentes identificados com a melhoria das condições de vida do povo. Os direitos civis foram suspensos, muitas vezes, e outras tantas, reconquistados. Saímos da posição de grande fazenda, em 1930, para a de uma economia industrial das mais importantes do mundo. Obtivemos grandes vitórias e devemos nos orgulhar do muito que realizamos, pois avançamos significativamente em montar um serviço público para promover a vida com dignidade, solidariedade e igualdade. Foi um marco a retomada e aprofundamento desse processo na Constituição Federal de 1988, que possibilitou a consolidação de uma ampla rede de proteção formada pela seguridade social, garantindo cobertura ao trabalhador rural, seguro-desemprego, assistência social e programas de transferência de renda e universalização do acesso aos serviços de saúde e à educação básica. Nesse contexto, ressalta-se o

decisivo papel da previdência pública na distribuição de renda, atendendo a mais de 28 milhões de beneficiários no único sistema de garantia de renda mínima de longo prazo.

Salário mínimo e serviços públicos de qualidade são os pilares de uma sociedade melhor

10 – Coibir a lógica mercantil no serviço público

A lógica mercantil – tomando o serviço público como mercadoria – substituindo o conceito de cidadão pelo de consumidor não nos parece a mais acertada. Presente, no entanto, cada vez mais na prestação do serviço público, as terceirizações do Estado no atendimento ao cidadão devem ser objeto de debate e avaliação pelo cidadão e pelo Estado, que não pode perder a prerrogativa do planejamento público com a participação social nos serviços

públicos. Não se deve perder de vista que, juntamente com o salário mínimo, os serviços públicos gratuitos têm sido, até agora, o principal instrumento de redistribuição de renda. Salário mínimo e serviços públicos são os pilares de uma sociedade melhor. Melhor porque enseja justiça, melhor porque atribui prioridade à dignidade humana. A permanência da sociedade brasileira nestes objetivos requer soberania e democracia. Somente governo soberano e democrático terá a autoridade e o poder necessários para coibir a lógica mercantil na prestação de serviços públicos, limitando especulação e ganhos abusivos mediante a adoção de uma taxa máxima de rentabilidade dos capitais aplicados. O grau de legitimidade dos futuros governos irá depender da opção por critérios de justiça na regulação dos serviços públicos, de maneira a garantir-lhes correspondência com os anseios da grande maioria da população por uma vida com dignidade, solidariedade e igualdade. É preciso priorizar a melhoria da qualidade dos serviços públicos, garantindo-se a universalização e o atendimento integral das necessidades sociais básicas da população, ou seja, saúde, habitação, saneamento ambiental, energias sustentáveis, alimentação, transporte, segurança, comunicação, educação e cultura.

11 – Sistema Único de Saúde como prioridade

O desafio do País é tornar a saúde uma real prioridade de governo. Todas as pesquisas de opinião mostram que a saúde é o principal problema na visão da população. Um país que se dá ao luxo de gastar R\$ 150 bilhões/ano com juros da sua dívida pública, certamente, pode abrir o caminho para que o Congresso Nacional e os governos respondam aos anseios da população brasileira, aumentando significativamente o orçamento da saúde e fazendo a sua regulamentação definitiva.

São justas, e delas participamos, as mobilizações das entidades de saúde e da sociedade civil por medidas legais que garantam o repasse de mais recursos para o SUS como o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública – Saúde + 10, que busca assegurar o repasse efetivo de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira. Infelizmente, o Congresso Nacional não vem dando ouvidos à mobilização de milhões de brasileiros que buscam assegurar recursos adequados à saúde pública.

Depois de mais de 20 anos de sua implantação, para que o SUS se consolide como a Constituição apregoa, é preciso firmar, definitivamente, um financiamento adequado, uma gestão profissionalizada e compartilhada entre todos os níveis de poder e uma política de recursos humanos que valorize efetivamente os profissionais. A saúde é “direito de todos, dever do Estado”, e o SUS deve atender à demanda da população por saúde, cumprindo seus princípios norteadores de: universalização (com garantia de atenção à saúde a todo e qualquer cidadão); equidade (presupõe que todo cidadão tem iguais condições); integralidade (atendimento integral em todas as suas dimensões — promoção, prevenção e reabilitação).

Para a qualidade na atenção à saúde, é preciso garantir a humanização do SUS, revendo-se o aparelho formador dos profissionais de saúde e as relações dos profissionais com os pacientes. O aparelho

formador é atualmente caracterizado em grande parte por formação deficiente com crescente número de escolas com baixa qualidade de ensino, inclusive sem hospitais universitários que garantam a formação prática e residência médica. O tecnicismo impera na grade curricular, na qual a formação humanística e o contato com as realidades sociais e cotidianas dos pacientes estão limitadas.

12 – Saúde bucal como política de Estado

A saúde bucal no País tem sido relegada ao esquecimento quando se discutem as condições de saúde dos idosos. A perda total de dentes ainda é aceita como algo natural com o avanço da idade, e não como reflexo da falta de políticas preventivas de

saúde. Além de sua ausência, também é grave a inexistência de tratamento restaurador ao alcance da maioria da população. Apesar de o direito à saúde ser garantido pela Constituição Federal, somente a partir de 2003 se implantou uma política nacional de saúde bucal atendendo aos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Atualmente, há uma política nacional de saúde bucal, que tem propiciado substancial melhora no acesso ao atendimento odontológico. Mas não está garantido seu prosseguimento, especialmente em relação à demanda por prótese pela população idosa, que encontra muitas resistências na sua efetiva implantação, em virtude dos aspectos ideológicos, políticos e financeiros. É necessário, portanto, que se mobilizem em favor dela apoios institucionais nessa jornada de erradicar a chaga social representada pela ausência parcial ou total de dentes, que promove a exclusão social e atenta contra a dignidade humana.

Pelo direito de todos os brasileiros à





saúde bucal e de acesso aos serviços odontológicos de qualidade. É necessário priorizar a reabilitação bucal dos idosos com 65 anos ou mais, faixa da população que é a principal vítima de histórica política, que geralmente reduzia o atendimento de adultos à extração de dentes.

Sinaliza-se, nos últimos anos, uma vontade de mudança no sistema brasileiro de saúde pública. Contribuir para garantir que essa vontade seja ampliada, continuada e efetiva política pública é o sentido precípuo da campanha Brasil Inteligente, da CNTU: Reabilitação bucal para inclusão social.

13 – Previdência básica universal

Ampliar a cobertura previdenciária como forma de garantir uma previdência básica universal para todos os trabalhadores. Verifica-se um envelhecimento da população brasileira, em que se projeta um salto das três milhões de pessoas com mais de 80 anos, atualmente, para 12 milhões em 2030. O Estado deve se preparar para essa gran-

de questão, pois serão exigidas políticas de saúde muito diferentes das que temos hoje. Se os idosos estão relativamente bem protegidos pela previdência, o mesmo não é certo para os idosos de daqui a pouco, pois a informalidade é alta. Grave, nesse sentido, é a exclusão da previdência de 40% da População Economicamente Ativa (PEA). O grande desafio é trazer para dentro da previdência os 11 milhões de trabalhadores que estão na informalidade, não obstante a ampliação do mercado formal. É fundamental perseguir a universalização da cobertura da seguridade social em prazo relativamente curto e numa faixa de idade em que é bem mais difícil obter-se um emprego formal. A grande maioria da PEA tem enorme dificuldade de encontrar emprego após os 65 anos, sendo que para as mulheres, a informalidade é ainda mais grave.

Fundamental ainda é a extinção do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias. A alegação de que não existem recursos para promover o fim do fator não procede, pois a cada ano milhões de reais saem oficial-

mente dos cofres da Seguridade Social para serem aplicados em outros fins.

14 – Reforma da gestão pública

É preciso uma reforma da gestão pública que remova as graves deformações históricas e contemporâneas, como a corrupção, o clientelismo, o favoritismo e a especulação. É necessário ainda: realinhar a gestão pública com as conquistas e direitos proclamados pela Constituição de 1988; adequar a gestão pública aos novos desafios do desenvolvimento brasileiro e da complexidade do tecido social; remover os conceitos norteados pela última reforma administrativa, que implementou a privatização do planejamento e da gestão pública e o esvaziamento da participação da cidadania; promover a profissionalização e a transparência da gestão pública, garantindo a qualificação permanente e valorização dos servidores, o desenvolvimento das carreiras públicas e a informatização dos processos de gestão; e assegurar a renovação dos quadros técnicos mediante concursos públicos, eliminando a terceirização.

Diretriz III – Defesa do trabalho e dos trabalhadores



15 – A centralidade do trabalho

O que vivemos não é a perda da centralidade do trabalho e sim um processo de globalização que, dentre outros efeitos, expande o trabalho mal remunerado e a precarização, especialmente nos setores de produção intensiva. De uma forma geral, no entanto, é unânime a constatação da precarização e deterioração das condições de ocupação da força de trabalho em todos os setores, inclusive naqueles em que a CNTU ar-

A redução da jornada de trabalho pode compensar o desequilíbrio provocado pela extrema concentração de renda e riqueza

ticula, os profissionais universitários. As que já foram “as melhores profissões da República”, como médicos e engenheiros, enfrentam sérios problemas para gerarem condições razoáveis

de trabalho e existência. Há baixos salários, desemprego, rotatividade, terceirização, desqualificação das competências e obsolescência dos saberes, dentre outros movimentos de instabilidade e dificuldades do mundo do trabalho, inclusive daqueles que, ao menos teoricamente, têm as melhores condições de um trabalho digno – que seria o do profissional com ensino superior numa sociedade em que informação e conhecimento são reconhecidos como centrais na produção de mais valor.

Resistir à precarização do trabalho é lutar por conquistas que impactem positivamente nas condições gerais da classe trabalhadora, com políticas de valorização do trabalho, como a diminuição da jornada e o crescimento do salário mínimo. Há ainda outras medidas que podem dar conta da diversidade de situações de contratos e formas de organização do trabalho na atualidade, como, por exemplo, políticas que considerem o crescimento do trabalho imaterial e a necessidade de melhorias nas condições de trabalho a que estão submetidos trabalhadores de alta produtividade e baixa proteção social.

16 – Redução da jornada de trabalho

O reino da liberdade – tão almejado por todos ou por muitos, prometido pelas correntes que apregoam o fim da centralidade do trabalho – deve ser sim buscado, construído, num processo de lutas por medidas que amenizam o peso e a centralidade do trabalho na grande massa trabalhadora. Entre essas medidas estão o crescimento da produtividade social do trabalho e a diminuição da jornada.

Não há razão técnica que justifique a jornada tão elevada como temos hoje, se comparada à expansão da produtividade do trabalho. Grande parte desse esforço está sendo capturado por processo de brutal concentração de renda e riqueza. Há que se pensar alternativas de repartição da riqueza. A redução da jornada de trabalho pode ser um elemento-chave para compensar o desequilíbrio brutal provocado pela extrema concentração de renda e riqueza. A redução de 44 para 40 horas deve estar no bojo de um conjunto de bandeiras dos trabalhadores.

17 – Política de salário mínimo para combater desigualdades

Construir uma política de salário mínimo implica em olhar para a frente e ter uma política de médio e longo prazo. Nessa ótica, o salário mínimo não deve servir apenas para enfrentar a pobreza, em famílias de baixíssima escolaridade ou muito numerosas. Em praticamente todos os países em que foi constituído, seu papel tem sido o de evitar que trabalhadores em setores de baixa produtividade tenham uma remuneração muito menor

do que os trabalhadores empregados em setores de maior produtividade.

Apesar de grande parte da população ocupada no Brasil ganhar mais que um salário mínimo, a política de salário mínimo brasileira ainda tem a missão de combater extremas desigualdades e condições díspares de trabalho. Assim, há que se reafirmar, mantendo ou ampliando – e não retrocedendo – a atual política de correção do salário mínimo. A adoção do salário mínimo nacional e a recuperação de seu valor de compra vêm permitindo a milhões de famílias melhorar de padrão de vida, ingressando no mercado de consumo. Um dos avanços é a antecipação do reajuste do salário mínimo, que acontecia tradicionalmente em 1º de maio, para 1º de janeiro. Outra conquista significativa é a fixação de uma política de valorização que garante, além do reajuste da inflação registrada no ano anterior, uma correção do mínimo baseada na média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois anos anteriores, promovendo transferência de renda para a base da pirâmide e, assim, fortalecendo o mercado interno.

18 – Valorização do trabalho da mulher

As mulheres constituem 52% da população brasileira, 53,7% da população em idade ativa, 46% da população economicamente ativa e 43% da população ocupada. Mesmo sendo ainda minoria entre os trabalhadores e maioria (57%) da população desocupada, chamam a atenção o vigor e a persistência do crescimento relativo da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 30 anos. Outro acontecimento notável nesse mesmo período é o avanço da escolaridade entre as mulheres brasileiras ocupadas, com predomínio nos últimos anos da faixa com segundo grau completo e incompleto, e com expressiva expansão da faixa com terceiro grau completo e incompleto. No entanto, as mulheres sofrem sérias restrições e desvantagens no trabalho, com salários menores que

os homens; têm muito menos oportunidades que os homens de exercer cargos de alto comando; além de diversos outros problemas, que a grande maioria das mulheres vivencia no dia a dia, como a dupla jornada de trabalho, o assédio moral, exposição maior ao desemprego, aos trabalhos precários, à violência sexual e doméstica etc.

Há que se ter um conjunto articulado de políticas que empoderem a mulher na vida social, econômica e política, de modo que elas possam fazer valer seus direitos de ter trabalho decente, receber salários iguais aos homens, ter valorizadas as profissões consideradas femininas, as profissões do cuidado, ao mesmo tempo em que se deve remover as dificuldades e resistências das mulheres para se expandir em áreas ainda de predomínio masculino, nas ciências exatas, por exemplo. Ter iguais oportunidades de trabalho e de crescimento profissional é outro valor e medida que deve ser generalizada para toda a sociedade. É preciso ainda estimular e apoiar estudos de gêneros e trabalho para subsidiar políticas de promoção de valores de igualdade e cooperação entre os sujeitos que trabalham.



19 – Valorizar e fortalecer o Ministério do Trabalho e Emprego

Diversos são os indícios e demonstrações do enfraquecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao longo das últimas décadas. Entre eles, o déficit relativo à fiscalização. Segundo levantamento, hoje, o País conta com 3 mil auditores, o que significa um para cada 3 mil empresas, num universo de uma População Economicamente Ativa (PEA) que ultrapassa os 100 milhões. Em 1994, eram 5 mil auditores para uma PEA de 40 milhões. Soma-se à escassez de quadros, a falta de estrutura administrativa e de recursos para cumprir obrigações legais. Essa precariedade colabora para o desrespeito à legislação, a informalidade e também para o aumento do número de acidentes de trabalho. Nesse setor, a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro) carece de melhorias, tida como um centro de referência, hoje está desprestigiada.

Ao longo dos anos, o MTE perdeu importantes prerrogativas como a de determinar o orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que passou a ser submetido ao Ministério do Planejamento. Isso resultou em cortes, diminuindo a sua importância. A pasta também teve a sua participação na formulação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) reduzida. O programa hoje está alocado no Ministério da Educação e sem abertura à participação dos trabalhadores por meio de grupos ou comissões tripartites.

Esses são alguns exemplos que indicam um quadro preocupante, cuja reversão defendemos veementemente. Em primeiro lugar, é preciso que a pasta seja fortalecida do ponto de vista orçamentário e institucional, o que significa dotar-lhe dos recursos necessários para o desempenho de suas funções, dentre elas, e principalmente, a inspeção do trabalho. Outro ponto fundamental é restabelecer sua soberania sobre as questões de sua responsabilidade no âmbito das relações

do trabalho, da saúde e segurança, do registro sindical, além de assumir papel relevante no debate sobre programas de geração de emprego e renda, inclusive os relativos à economia solidária, a luta pelo trabalho decente e contra o trabalho escravo. Merece ação destacada do MTE o combate à rotatividade no emprego que ultrapassa os 50% no Brasil, conforme estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Além de ser fator de instabilidade para o trabalhador, isso significa rebaixamento salarial e impedimento de formação profissional e gera demanda potencial ao seguro-desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

No que diz respeito à intermediação de mão de obra, outra função de grande relevância, é essencial reestruturar o sistema que tem uma série de dificuldades, demandando investimentos para tornar-se eficaz. Mais de 80% da alocação não passa pelo MTE, que assim se afasta da tarefa imprescindível que o País tem hoje de incluir no mercado de trabalho a população fora dele, notadamente os jovens e os mais pobres, com oferta de formação e emprego decente.

Cabe também ao MTE na área da qualificação profissional e da educação continuada, protagonismo no sentido de indicar a demanda existente, segundo trabalhadores e empresas. Tal atividade tem papel preponderante ao desenvolvimento nacional, tendo em vista a necessidade crescente de capacitação, sobretudo para as novas atividades da economia do século XXI.

É essencial que o MTE assuma essa nova postura, recuperando seu protagonismo. Esse será também o caminho para conquistarmos a centralidade do trabalho no nosso desenvolvimento socioeconômico, incluída aí importância da mão de obra brasileira, o que se estende aos

profissionais de formação universitária, parte integrante e essencial de qualquer projeto de nação.

20 – Integração latino-americana

No processo de integração da Latino-América — mais lento do que o almejado, mas imprescindível para o futuro dos nossos povos no processo de globalização, é preciso que as vozes dos trabalhadores universitários sejam ouvidas em todos os fóruns de debate, decisão e encaminhamento da integração continental. Os trabalhadores universitários, os sindicalistas, devem participar desse esforço coletivo de tecer respostas para as muitas questões colocadas pelo sonho e pelas tarefas efetivas de integração dos povos da América Latina e Caribe. A integração não deve levar apenas em conta a parte comercial e econômica, mas deve ser, também, complementar, solidária e cooperativa. Para tanto, é imprescindível

nesses processos o protagonismo dos sindicatos de trabalhadores nas discussões da integração latino-americana e caribenha e nos demais organismos de integração e cooperação, como o caso do Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Devemos trabalhar para a unidade nacional, regional e continental e buscarmos temas comuns que unifiquem os trabalhadores latino-americanos e caribenhos, como a defesa do salário mínimo, da seguridade social e do tripartismo (governo, empresários e trabalhadores) em todas as grandes discussões. Para além dos direitos do trabalho e da compatibilização de carreiras profissionais em contexto de migração de trabalhadores, os profissionais universitários querem participar também de debates de outros temas de real importância para a integração, como é a democratização da mídia, inclusive em prol de uma comunicação que favoreça a integração física, através de infraestrutura, e cultural do continente, ampliando a pluralidade das fontes de informação.

Diretriz IV – Infraestrutura econômica, social e urbana

21 – Infraestrutura adequada às demandas sociais

Atualmente, a relação PIB/investimentos em infraestrutura no Brasil está em torno de 2,7%. Entre 2006 e 2009, a inversão foi em média de 2,1%. Para alcançar o patamar recomendado pelo Banco Mundial e manter o estoque de capital existente, acompanhar o crescimento e as necessidades da população e, progressivamente, universalizar serviços de água e saneamento (20 anos) e eletricidade (cinco anos), o índice necessário é de 3%, sem contar o déficit acumulado. Caso o Brasil queira alcançar, em 20 anos, os atuais padrões de infraestrutura observados, por exemplo, na Coreia do Sul, seria

necessário elevar os investimentos a 4% a 6% do PIB ao ano por duas décadas.

O Brasil possui grandes e complexos sistemas de infraestrutura econômica, social e urbana, instalados no território nacional ao longo do século XX, frutos de investimento e trabalho de sucessivas gerações que permitem à economia brasileira se posicionar em sétimo lugar no ranking mundial. Durante mais de duas décadas, no entanto, a infraestrutura brasileira esteve sob forte ameaça de sucateamento, em função da crise fiscal do Estado, da restrição aos financiamentos externos, da instabilidade regulatória, das opções políticas neoliberais e de outras dificuldades. A retomada do planejamento estatal e do investimento teve momento importante com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC), apontando nova fase de perspectivas positivas. Mesmo atropelado por forte crise internacional, o País vem realizando avanços na geração de oportunidades, renda e empregos e na recuperação e ampliação de sua infraestrutura, especialmente de energia e logística, com alguns avanços também em infraestrutura urbana. Necessário levar a cabo essas ações e outras, de modo a vencer os enormes gargalos e demandas não atendidas. O grande desafio, no entanto, é realizar um pacto social que sustente uma forte opção do planejamento e do investimento em infraestrutura social e urbana, ou seja, aquela que visa à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos através de equipamentos adequados, modernos e de ação democrática e socializante.

22 – Cidades sustentáveis e boas de se viver

As cidades devem ser questão central no debate e nas decisões da sustentabilidade mundial. Mais de 50% da população mundial (ou 3,6 bilhões) já vive no meio urbano e a previsão é que, em 2050, esse contingente chegue a 70% (6,3 bilhões), atingindo quase 100% ao final deste século. Toda a rede urbana mundial será extremamente impactada com esse crescimento vertiginoso, exigindo-se medidas que respondam a um conjunto de complexos problemas a serem enfrentados. A começar, agir na contramão, verificando a potencialidade da economia verde e outras propostas de desenvolvimento sustentável, como políticas de mitigação da concentração socioterritorial e de criação de alternativas de desenvolvimento mais bem distribuídas social e espacialmente.

A grande maioria da população brasileira habita cidades que integram aglomerados urbanos ou metrópoles, de modo que pequenas partes do território brasileiro concentram quase toda a população do País. Quarenta por cento dos habitantes vivem em 20 regiões metropolitanas, nas quais o conceito de município torna-se anacrônico, pois as grandes questões têm dimensão supramunicipal. É preciso conquistar na prática e como ente federado a figura das auto-

ridades metropolitanas para o adequado planejamento integrado dessas regiões, onde os problemas sociais, urbanos e ambientais são de grande monta, e exigem ação articulada para acelerar o desenvolvimento local e reorganizar as cidades. Há grandes problemas a serem enfrentados para se evitar o colapso dos grandes centros urbanos, os quais têm suma importância econômica e social na dinâmica nacional.

A CNTU aponta as 12 questões centrais no debate das cidades:

1) Planejamento

Planejamento democrático, participativo e integrado para orientar o desenvolvimento das cidades.

2) Transporte público

Prioridade ao transporte público de média e alta capacidade, como o sobre trilhos e os corredores exclusivos para circulação de ônibus com implantação de sistemas que utilizem energia de tração limpa e de fonte renovável, com maior participação do etanol e biodiesel, elétricos e híbridos;

3) Educação

Comprometimento de todos os esforços governamentais e sociais na reversão da baixa qualidade da educação pública, perseguindo a sua universalização e alta qualidade, de modo a garantir que todos sejam capazes de atuar com autonomia na complexa realidade da sociedade da informação e do conhecimento. Isso passa necessariamente pela valorização do professor, ou seja, remuneração, qualificação e condições de trabalho condizentes com a importante e decisiva função dos educadores.

4) Saúde

Existe insatisfação geral da população com serviços de saúde. As pessoas querem com justeza que os serviços sejam cada dia melhores, na busca de satisfação de suas necessidades básicas. A construção do direito à saúde ainda é nova no Brasil. O Sistema Único de Saúde (SUS) só foi regulamentado em dezembro de 1990. Apesar de todas as dificuldades, esse modelo vem se consolidando em um conjunto normativo de base constitucio-

nal. É preciso reconhecer, continuar e aprofundar o esforço nacional que procura tornar realidade os princípios e diretrizes de universalidade, equidade, integralidade e de participação da comunidade.

5) Habitação

Mesmo com os avanços da política de habitação, o déficit no Brasil é de 5,8 milhões de moradias. Para preservar a estrutura urbana e garantir qualidade de vida, é decisivo que cada família disponha de residência adequada com serviços sanitários, de iluminação, infraestrutura de acesso, localizada em bairros portadores de equipamentos públicos de transporte, educação, saúde e lazer.

6) Iluminação pública

É preciso reverter o fato de que as cidades brasileiras são muito escuras à noite, com insuficiente iluminação pública, gerando insegurança ou a sensação dela.

7) Saneamento e resíduos sólidos

Coleta e tratamento do esgoto e resíduos sólidos dão uma responsabilidade de toda a sociedade, cabendo aos entes federativos elaborar seus planos para execução de ações nessas áreas. O saneamento básico, que diz respeito à distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, ainda não foi universalizado. Mais de 95% da população urbana brasileira têm água tratada, mas, se considerada a área rural, 18% estão excluídos desse direito básico. Quanto ao esgoto, 52% têm serviço de coleta nas cidades, mas apenas 37,9% são tratados. Outra preocupação diz respeito à ausência no oferecimento de destinação final ambientalmente adequada para os resíduos sólidos. A maior parte dos municípios ainda faz uso dos lixões, que deveriam ter sido extintos até agosto de 2014, conforme previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Faz-se obrigatória a estruturação de tratamentos corretos para lâmpadas, óleos lubrificantes, pilhas, agrotóxicos, pneus, produtos eletroeletrônicos, medicamentos e lixo hospitalar. As cidades

sofrem ainda de crescentes problemas de drenagem urbana, causados pela baixa permeabilidade dos solos, canalização de rios, ocupação de encostas e de mananciais.

8) Energia e meio ambiente

Em prol da sustentabilidade, fazer com que os investimentos públicos e privados estejam focados de modo a promover infraestrutura urbana sustentável; adotar metas ousadas de baixa emissão de carbono; promover a arborização urbana através da formação de bosques e parques lineares; realizar a gestão integrada de resíduos e geração de energia a partir desses; estimular construções sustentáveis; realizar a drenagem urbana visando à ampliação da permeabilidade dos solos; planejar cidades compactas buscando reduzir distâncias entre trabalho e moradia; implantar bicicletários e ciclovias; realizar a adaptação da cidade às vulnerabilidades climáticas e prevenção de catástrofes; desenvolver fontes de energia no ambiente urbano, diminuindo distâncias na sua distribuição; incentivar a economia verde, dentre outras ações. Há soluções relativamente simples que podem dar grandes ganhos ambientais às cidades brasileiras. Exemplo disso é o estímulo ao uso da água da chuva para fins diversos, como lavagem de carros e rega de jardins. A coleta e a armazenagem dessas águas podem e devem se tornar hábito difundido, inclusive, aliviando as operadoras dos serviços municipais de água e esgoto. Outra solução relativamente simples é aproveitar o enorme potencial de arborização e faixas gramadas ao longo das ruas, aumentando a permeabilidade do solo, reduzindo o custo da pavimentação e promovendo urbanismo mais verde ao longo de todas as pequenas ruas das cidades.

9) Desenvolvimento local

As municipalidades podem e devem ter políticas de desenvolvimento local capazes de implementar oportunida-

des de emprego de melhor qualidade e renda, removendo entraves e estimulando a criação de ambiente regulatório, econômico e social favorável, além de oferecer serviços de apoio aos agentes públicos e privados interessados em investir e inovar. Os jovens devem receber atenção especial, na busca de mais e melhores oportunidades de trabalho e qualificação profissional. O esforço de garantir melhor educação deve ser acompanhado de políticas intensas de geração de empregos e, portanto, de promoção de investimentos.

10) Arte e cultura

Condições da civilização e aprimoramento da vida humana, as municipalidades devem ofertar à população um conjunto de equipamentos culturais, ou seja, bibliotecas, teatros e museus, dentre outros. Além de ter garantido o acesso à audiência artística e cultural, os cidadãos, especialmente as crianças e jovens, têm direito de expressar-se nesse contexto, ou seja, de acessar recursos em que possam aprender e desenvolver habilidades, como literatura, música, dança, artes plásticas e produção audiovisual.

11) Lazer e convivência

Crescente reivindicação e direito da cidadania, as municipalidades devem oferecer ambientes estruturados como parques, jardins, clubes esportivos, espaços de encontro e lazer, que melhoram substancialmente a qualidade do ambiente urbano e da vida das pessoas, incluindo a crescente população idosa. Combater a solidão e fomentar a solidariedade fortalece a saúde nas cidades.

12) Comunicação

O acesso de todos os cidadãos às oportunidades da sociedade da informação e do conhecimento é um direito contemporâneo. As municipalidades, além de criarem telecentros e quiosques digitais e informatizar os serviços públicos e as escolas da rede municipal, podem ser operadoras de comunicação.

Altas tarifas e falta de oferta do transporte público restringem as oportunidades e dificultam o acesso a educação, saúde e lazer

23 – Mobilidade urbana: prioridade em transporte público coletivo

A precariedade na oferta de serviços e as altas tarifas do transporte público restringem as oportunidades de trabalho, além de dificultar o acesso à educação, saúde e lazer. Diversos estudos apontam os impactos significativos dos custos de transporte no orçamento das famílias de baixa renda (os mais pobres e os que residem mais longe dos centros urbanos são mais afetados).

Nos últimos anos, entretanto, somam-se a esse quadro novos problemas. Todos os segmentos sociais enfrentam a perda de eficiência, com crescentes congestionamentos. O próprio dinamismo da economia brasileira é um dos fatores decisivos do quadro de expansão do transporte particular. As políticas de enfrentamento e resistência à crise internacional, baseadas no fortalecimento do mercado interno, determinam maior deslocamento de pessoas e mercadorias. Dentre essas, chamam atenção a ampliação daquelas que estimulam a produção e a compra de automóveis — incentivos fiscais e de financiamento que não são dados ao transporte público. Projetos importantes de transporte público vêm sendo instalados no País, especialmente nas capitais dos estados, muitos deles financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mas ninguém pode negar que o que temos a fazer é muito maior e mais complexo do que fizemos até agora, se quisermos ter cidades razoáveis de se viver num futuro

próximo. Nesse sentido, a campanha da CNTU, Brasil Inteligente - Com Mobilidade Urbana Todos Ganham, recomenda aos governos e à sociedade:

- transformar o desenvolvimento e a mobilidade urbana em centralidade no debate e nas políticas de desenvolvimento sustentável do País;
- realizar o planejamento de longo prazo de desenvolvimento e mobilidade urbana;
- inserir e articular as políticas de mobilidade urbana com as políticas de uso e ocupação do solo, combatendo a especulação imobiliária, favorecendo a compactação das cidades, a habitação popular e o saneamento integrado;
- valorizar e incentivar a participação social no planejamento do desenvolvimento e mobilidade urbana;
- promover o federalismo cooperativo entre as três instâncias de governo no planejamento do desenvolvimento e mobilidade urbana;
- realizar pesados investimentos na mobilidade urbana, reduzindo veículos particulares, priorizando o transporte coletivo público de alta e média capacidade;
- combinar políticas de inibição, superposição e complementaridade do transporte individual com o transporte público;
- fazer valer, divulgando e implementando, a Lei de Mobilidade Urbana;
- investir pesado e com eficiência em pesquisas de desenvolvimento tecnológico e inovacional para veículos, equipamentos e combustíveis menos poluentes;
- enfrentar a sedução do marketing automobilístico através de pesadas campanhas de educação e informação sobre as vantagens da mobilidade urbana, baseada no transporte público e no transporte não motorizado;
- estabelecer o ano de 2022, do bicentenário da Independência do Brasil, no marco de conquista completa para inversão do atual sistema de mobilidade urbana, baseada no automóvel, para outro sistema baseado em transporte público de qualidade e não poluente.

24 – Política universal de saneamento básico

Ar limpo, água de boa qualidade, coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, níveis aceitáveis de ruído. Essa é a definição de saneamento ambiental conforme legislação do setor, a Lei 14.445, de 2007. A expectativa criada por este novo marco regulatório é animar projetos que revertam o quadro do saneamento básico, que diz respeito à distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotos no ambiente urbano. Mais de 95% da população urbana recebe água potável. No entanto, incluindo os que vivem na área rural, 18% dos brasileiros estão excluídos desse serviço, essencial à saúde pública. Enquanto isso, 52% do esgoto urbano é coletado, mas apenas 37,9% é tratado. Universalizar tais serviços em 20 anos demanda investimentos anuais da ordem de 0,38% do Produto Interno Bruto (PIB) – equivalente a R\$ 13,5 bilhões –, contra os atuais 0,24%. Para reduzir esse prazo à metade, como propõem os sanitaristas e suas entidades, resolvendo a questão em dez anos, os recursos teriam que ser da ordem de R\$ 27 bilhões ao ano, ou 0,75%. Problema cada vez mais preocupante é o destino final dos resíduos sólidos. São geradas diariamente no País 160 mil toneladas de lixo. Do montante, apenas 40% tem disposição adequada, a maior parte tem como destino os lixões, velho e grande problema ambiental, presente em 73% dos municípios.



A drenagem urbana também é frente de ação das mais relevantes para o meio ambiente das cidades, deteriorado pela baixa permeabilidade dos solos, canalização de rios, ocupação de encostas, ocupação de mananciais.

25 – Energia para o progresso econômico e social sustentável

O Brasil tem dispêndio per capita de energia considerado baixo, ficando na 90ª posição no ranking mundial, atrás de Chile e Argentina, refletindo nosso nível de desenvolvimento social, com muitas áreas excluídas. É preciso elevar o nível de consumo, não nos patamares dos países desenvolvidos, que incorrem no desperdício e estão sujeitos ao clima mais frio que exige aquecimento. Mas precisamos sair de 2,1 mil kilowatts/hora por habitante para uma faixa entre 6 e 7 mil kilowatts/hora. Essa elevação refletirá em melhores condições de vida da sociedade como um todo e também na universalização do acesso ao serviço de energia elétrica, do qual ainda estão excluídos 730 mil brasileiros, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Garantir segurança energética para que se possa prover o acesso ao serviço essencial à população e à atividade produtiva deve ser o primeiro objetivo do planejamento para o setor, não podendo faltar energia ao desenvolvimento do país. A segunda meta é propiciar modicidade da tarifa. Nesse sentido, não é demais nossa crítica ao excesso de tributos e encargos inci-

dentes sobre o consumo, que somam 13 e equivalem a 45% do valor pago na fatura. O Brasil deve lançar mão de todas as fontes disponíveis, mas estabelecer de forma estratégica a sua matriz energética.

Fundamental afirmar o papel positivo do Brasil no panorama mundial, fazendo avançar os projetos de exploração de petróleo e gás, bioenergia, hidroeleticidade e outras fontes, como energia eólica, notadamente as renováveis e limpas, em favor do desenvolvimento social, agrícola, industrial e tecnológico do país. Necessário ainda possibilitar a entrada em operação de sistemas de fornecimento de energia para atender a demanda imediata. Também é fundamental e urgente levar energia à totalidade da população brasileira, esforço em andamento, mas ainda não concluído.

26 – Democratização das comunicações

À parte do reconhecido papel das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas, imperativo destacar seu papel transversal e o impacto que elas produzem sobre as demais infraestruturas e todos os setores econômicos, além de serem recursos indispensáveis à educação, cultura, integração, segurança e soberania nacionais. Assim, governo e sociedade brasileira devem dar atenção qualificada a esse setor, marcado atualmente por alto grau de oligopolização e internacionalização e baixa geração de inovação interna, descolado, portanto, da dinâmica expansiva e integradora dos projetos de desenvolvimento dos demais setores. Na sociedade da informação, é ainda preciso reconhecer a universalização do acesso à internet como um direito do cidadão a ser provido pelo Estado em suas várias instâncias (união, estados, municípios e distrito federal).

De modo a promover a democratização da comunicação e a universalização do acesso à informação, o Brasil precisa implementar legislação que abarque as profundas mudanças que ocorreram desde as últimas décadas do século XX. Entre

essas mudanças, está a passagem do regime público para o de mercado, marcado pela convergência dos meios nos seus aspectos técnico, econômico, político e cultural. A partir de tais transformações, tem-se o conjunto da indústria cultural suportado pelos meios eletroeletrônicos de comunicação. Repercussão importante ainda é o fim, na prática, da separação entre telecomunicações e radiodifusão. Os operadores desse ambiente são grandes empresas que agem segundo os interesses do mercado, submetendo tudo, inclusive a cultura, a tais critérios, e não ao interesse público.

Infelizmente, o Brasil vem caminhando muito lentamente na construção de arcabouço legal pertinente que garanta: 1º) arquitetura institucional democrática; 2º) participação social; 3º) separação de infraestrutura e conteúdo; 4º) garantia de redes abertas e neutras; 5º) universalização dos serviços essenciais; 6º) adoção de padrões abertos e interoperáveis; 7º) apoio à tecnologia nacional; 8º) regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação; 9º) fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; 10º) democracia, transparência e pluralidade nas outorgas; 11º) limite à concentração nas comunicações; 12º) proibição de outorgas para políticos.

27 – Universalização da banda larga

Ao lado da oferta de uma educação de qualidade e de oportunidades de acesso ao consumo e à produção de bens da cultura, a internet é meio fundamental para a democratização educacional e cultural, na medida em que possibilita criar e distribuir conhecimentos a custos relativamente módicos. Nesse sentido, apesar de significativos avanços que prometem triplicar o acesso dos brasileiros à internet, entendemos serem limitadas as metas do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que optou pela massificação e não pela sua universalização, ao manter a diferenciação dos serviços em função das condições de pagamento dos usuários. Com

isso, na prática, instituem-se duas internets, uma para os mais pobres, outra para os mais ricos, além de manter 30% da população fora da rede. Devemos ter metas mais ousadas de uma internet de qualidade para todos. No entanto, o uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação, mais que apenas o acesso, exige qualidade educacional e cultural dos usuários, que devem ser capazes também de produzir informação e cultura. De modo a promover a democratização da comunicação e a universalização do acesso à informação, o Brasil precisa implementar legislação que abarque as profundas mudanças que ocorreram desde as últimas décadas do século XX.

28 – Internet para todos

Entre os projetos de comunicação que interessam ao País, a sua soberania, sua elevação espiritual, sua capacidade de interagir com o mundo, a implantação da internet pública destaca-se como fator-chave.

Implantar a internet pública significa construir, com recursos públicos ou privados, infraestrutura de telecomunicações em acordo com o interesse público, ou seja, da nação brasileira, em benefício de toda a sociedade. A operação da infraestrutura ou exploração do serviço pode estar ao encargo de empresas particulares ou estatais, mas sob a direção maior do estado brasileiro que deve decidir por metas, realizar e articular investimentos, definir regras e realizar a fiscalização dos serviços.

A infraestrutura de telecomunicações suporta todos os setores da economia, sendo fundamental para o desenvolvimento de novos bens e serviços. As rápidas mudanças tecnológicas e a proliferação de uma gama de novos serviços têm atuado como catalisadores principais das mudanças econômicas e das relações globais. As transformações por que passam alguns países, a partir da adequada regulação destas redes e de seus serviços, combinadas com a convergência decorrente da

inovação tecnológica, permitem também solucionar preocupações sociais em áreas como saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras.

No Brasil, que há 15 anos deixou o sistema monopolista estatal das telecomunicações para entrar num regime competitivo operado por empresas privadas, os preços dos serviços de telecomunicações ainda continuam muito elevados, especialmente quando comparados a outros países. Os preços praticados constituem em grande obstáculo à universalização do acesso à internet em banda larga e aos consequentes benefícios das inovações tecnológicas extensivas a toda a sociedade. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o preço relativo do serviço no Brasil chega a ser de cinco a dez vezes mais alto que nas economias avançadas, estando entre os mais altos do mundo.

Atualmente, os grandes desafios das políticas públicas de comunicação no Brasil são universalizar a banda larga e realizar

a inclusão digital, de modo que todos os brasileiros estejam conectados à rede mundial de computadores em condições adequadas com o atual paradigma tecnológico. A disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações é o fator-chave para a promoção do acesso em banda larga e realização da inclusão digital.

Outro aspecto decisivo para o Brasil é transformar a expansão da internet em meio de desenvolvimento tecnológico e industrial, pois para o desenvolvimento socioeconômico sustentado, mais do que consumir tecnologia, informação e comunicação, é necessário produzir tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Conforme campanha do projeto da CNTU, Brasil Inteligente, pela implantação da internet pública, o País deve perseguir os seguintes objetivos para não ser um mero consumidor de TICs e conteúdos, e sim um produtor de tecnologias, conteúdos, informações, inteligências:

- impulsionar saltos qualitativos e quan-

titativos na infraestrutura de internet no Brasil;

- garantir o domínio público e democrático das telecomunicações no País;

- fortalecer as existentes e criar novas redes públicas de internet;

- garantir a cobertura de internet em todo o território brasileiro;

- informatizar e conectar todos os serviços públicos e de interesse público;

- conectar todos os brasileiros à rede mundial de computadores;

- universalizar a banda larga;

- fazer a inclusão digital;

- baratear os preços dos serviços de telecomunicações no País, saindo da vergonhosa posição entre os mais caros do mundo;

- desenvolver e aplicar as inteligências e competências tecnológicas e industriais brasileiras nos setores ligados à internet;

- desenvolver a indústria e criatividade brasileira na produção e distribuição de tecnologias e conteúdos.

Diretriz V - Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade

29 – Persistir no crescimento econômico com progresso social

As políticas públicas vêm tendo como um dos sentidos principais resistir à crise internacional em curso, implementando alternativas de crescimento com elevada participação do mercado interno. Expansão da massa salarial e do crédito foram os grandes instrumentos do primeiro momento dessa política governamental implementada a partir de 2003, complementada pelos programas de transferência de renda. Esse processo foi muito positivo e continua sendo na medida em que

garante a inclusão social dos mais pobres ao mercado de consumo e à cidadania. Esse movimento é de forte impacto na formação social do Brasil, talvez um dos mais fortes ocorridos na história social do País. No entanto, não podemos negar que o social não constitui ainda a base do nosso crescimento econômico. Uma das razões, inclusive, é porque o crescimento tem sido limitado se tomarmos uma base mais longa, de 30 anos, em que o País tem tido taxas de crescimento baixas se comparadas às taxas do período equivalente anterior. Portanto, continuamos tendo como questão, como problema, o crescimento. Devemos crescer a taxas mais elevadas, isso é fato. E ao mesmo tempo,

temos o problema – que é sempre permanente – de transformar esse crescimento em desenvolvimento. O desenvolvimento não é apenas processo de acumulação de riqueza e de aumento de produtividade macroeconômica, mas é, sobretudo, o acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Enquanto o crescimento está fundado na conservação de privilégios das elites, o desenvolvimento funda-se na sua base social, ou seja, há desenvolvimento quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, metamorfoseando crescimento em desenvolvimento. Processo que não

se dá espontaneamente, só pode acontecer como fruto da realização de um projeto que expressa uma vontade política. O projeto social no Brasil significa recriar a economia e a sociedade para uma sociedade de inclusão, de partilhamento, de pacto social pela subversão do subdesenvolvimento e construção de uma nação desenvolvida, de prosperidade generalizada e preservacionista dos recursos naturais.

30 – Uma sociedade de prosperidade distribuída

A desigualdade é uma marca de nosso País, uma marca do desenvolvimento capitalista brasileiro, um problema ainda não enfrentado. Mas, vimos recentemente caminhando no sentido de redução das extremas desigualdades. Apesar de ter um dos mais fortes índices de concentração de renda, o País vem distribuindo renda. No Brasil, instrumentos de combate à miséria e pobreza passam por forte decisão governamental no sentido de redistribuir a riqueza através de políticas de transferência de renda e garantia de renda mínima a segmentos expressivos da população. Mas há muito o que se avançar no combate à pobreza e à miséria nas diversas áreas de atuação pública, como a saúde, a educação, a cultura, a comunicação, dando oportunidades a todos – especialmente os jovens – de produzir vidas saudáveis, criativas, capacidades, talentos, criadores de futuro.

31 – Mercado interno para impulsionar a indústria

O mercado interno brasileiro vai bem, mas a indústria brasileira vai mal. Somos um dos maiores e mais dinâmicos e promissores mercados internos do mundo. Esse é o principal suporte da atividade econômica no Brasil, em que o consumo das famílias mostra-se animado ao longo dos últimos anos e tende a se manter crescendo, apoiado pela expansão moderada do crédito, pelo aumento do emprego e da renda e pela expansão dos salários. A sustentação do



mercado interno brasileiro é incentivada por atos deliberados, ou seja, por políticas que impactam positivamente com a ativação da demanda de conjunto amplo de agentes econômicos, todo o setor industrial e também os médios e pequenos negócios de variadas naturezas. Portanto, sustentação do mercado interno é uma política de desenvolvimento e de reanimação da industrialização. Da produção da indústria brasileira, 80% é destinado para o mercado interno. Daí surge uma primeira preocupação, pois uma indústria que não exporta ou pouco exporta corre riscos de perda de competitividade. E de fato, a indústria brasileira hoje está atrasada, com déficit de competitividade. É uma indústria que importa tecnologia e insumos, pressionando o balanço de pagamentos, e atualmente gera receitas com exportação inferiores ao dispêndio com insumos importados. E com a política cambial favorecendo as importações, é difícil a indústria local concorrer, dentro de casa, com a indústria chinesa. Isso demonstra que não basta o governo colaborar com a indústria na diminuição dos seus custos, é preciso

ter uma política macroeconômica alinhada com a política industrial.

A indústria brasileira nos últimos 30 anos, e principalmente nos anos 1990, vem se afastando dos padrões globais de industrialização, não inaugurando novas cadeias e deixando de reestruturar cadeias maduras. Muitas empresas se apoiaram no mercado interno, grande e relativamente fechado e, dessa forma, não tiveram a necessidade de inovar. Não se pode evitar de dizer que o Brasil vive uma desindustrialização, como vários estudos apontam e vários analistas sérios acreditam.

Uma economia urbano-industrial formada em décadas não pode apoiar o crescimento e a estabilidade na exportação de commodities, cujos efeitos sobre o emprego e a renda são limitados. O crescimento da indústria é decisivo para o Brasil, pois impõe a diversificação produtiva e torna mais densas as relações intra e intersetoriais, proporcionando, ao mesmo tempo, ganhos no comércio exterior e na economia interna. O Brasil deve atender a esse chamado de estabelecer a reindustrialização, desenvolvendo e usando de forma inteligente um conjun-

to de políticas voltadas para a expansão do mercado interno sem incorrer nas restrições de balanço de pagamentos. Não podemos nos prender ao debate eterno guiado pela macroeconomia restritiva, que apenas diz da inflação, juros e câmbios, pois a questão-chave da economia brasileira é produtividade. Produtividade se faz com tecnologia e inovação, e estas, com recursos humanos altamente qualificados.

No cenário atual de competição global, não se trata de retomar as políticas dos bons tempos da indústria brasileira (1950-1980), mas sim de ajustar a estratégia nacional de desenvolvimento às oportunidades e restrições criadas pela nova configuração da economia mundial. Seja qual for a estratégia adotada, os exemplos bem-sucedidos de avanço industrial na atualidade nos apontam para duas condições básicas: intenção clara, definida, e decidida coordenação pública.

32 – Impedir a desindustrialização

Diante do avanço dos países asiáticos, particularmente da China, na produção global, a desindustrialização e a necessidade de recuperar a capacidade industrial é tema emergente em nações ocidentais de economia desenvolvida e em desenvolvimento.

No Brasil, devido ao efeito China e outros fatores, vimos tendo ao longo das últimas décadas perda de posição da indústria brasileira, que vem se acelerando. Entre 2004 e 2012, a participação industrial na atividade econômica totalizou uma perda de 30,8%. Assim, a fatia de contribuição do setor manufatureiro para o PIB caiu de 19,2%, em 2004, para 13,3%, em 2012. A taxa é a menor desde 1955, quando a participação chegou a 13,1%.

Urgente remover a acomodação industrial do País respaldada pelo desempenho das commodities. As commodities não são inimigas da industrialização, como podemos ver em industrializações como a norte-americana, até hoje contando com forte pauta de exportação de commodities em minérios e produtos agrícolas etc. Mas se o Brasil quer ser um país desenvolvido, de crescimento sustentado, autônomo, com geração

de massa crítica e conhecimento, player global de primeiro escalão, ele deve ser competitivo internacionalmente também na indústria.

Urgente também mudar o pensamento nacional protecionista para um pensamento nacional competitivo. O Brasil deve não só proteger suas indústrias, ele deve mais, proteger e fazer avançar seu grau de competitividade. Protecionismo tem seus limites e há abundantes relatos de experiências internacionais que demonstram a virtuosa combinação entre forte promoção de exportações e abertura comercial. O fundamental é que o Estado desempenhe o seu mais importante processo, induzindo a cooperação, coordenando atores e reduzindo as incertezas.

33 – O papel afirmativo do Brasil

O Brasil transformou-se numa potência ambiental, energética e hídrica num mundo que faz guerra por energia e água. Portador de matriz mais limpa que a média mundial, produtor destacado de energias renováveis, possuidor de recursos frequentes invejáveis, dotado de sol o ano todo, da Amazônia, de florestas e da mais rica biodiversidade do planeta, vem assumindo, gradativamente, papel de destaque pelo desenvolvimento sustentável na América do Sul e nos fóruns internacionais. Não se trata absolutamente de ter posição privilegiada, mas de utilizar essa riqueza para superar mazelas sociais, econômicas e ambientais, em ambiente democrático, bem como contribuir para traçar caminhos para a humanidade vencer a crise civilizatória, criando uma sociedade assentada em valores éticos compatíveis com a modernidade por vir: igualdade, solidariedade, liberdade e respeito à vida. O papel que o Brasil vem desempenhando como uma das principais nações protagonistas, é de colaborar para formatar um novo modelo de desenvolvimento, que concilie equilíbrio ambiental com eliminação da miséria e da pobreza e redução das extremas desigualdades entre

as nações e dentro delas. O País deve prosseguir aprofundando e acelerando as políticas de resistência à crise econômica internacional, apoiando-se nas suas riquezas, nos seus trabalhadores e no mercado interno, bem como na execução das políticas sociais de transferência de renda e garantia de renda mínima aos mais necessitados. Mas isso não basta, é preciso ir além, desenvolvendo as potencialidades industriais, agropecuárias, comerciais, científicas, tecnológicas e culturais. Apostar na inteligência e no conhecimento é dar um salto com vara para um novo estágio de civilização pacífica e múltipla nos trópicos. Sem ser uma redenção, ao menos uma contribuição fundamental para a construção de um mundo melhor.

34 – Biodiversidade: a grande contribuição do Brasil

A biodiversidade brasileira é uma das mais ricas e variadas do mundo. O País apresenta seis biomas continentais: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, cada qual com sua cobertura vegetal e espécies animais próprias. Entre eles, destaca-se o bioma Amazônia, considerado a maior reserva de diversidade biológica do mundo. A Amazônia é também o maior bioma brasileiro em extensão e ocupa quase metade do território nacional (49,29%). O Brasil exibe uma das mais ricas diversidades do mundo em ambientes naturais e espécies de plantas e animais. Percorridas também por botânicos, zoólogos, etnólogos e artistas de várias nacionalidades, essas florestas, atualmente, mobilizam especialistas brasileiros, que procuram dimensionar com mais precisão esse raro patrimônio natural – primeiro passo para que possa ser conservado e explorado do melhor modo possível. Um dos projetos científicos e tecnológicos de

destaque nesse sentido é o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (Biota/Fapesp), que não se limita a mapear e a analisar as origens, a diversidade e a distribuição da flora e da fauna do estado. Também se propõe a avaliar as possibilidades de exploração de plantas ou de animais com potencial econômico e a subsidiar a formulação de políticas de conservação ou restauração dos remanescentes florestais. O papel que o Brasil vem desempenhando como uma das principais nações protagonistas, é de colaborar para formatar um novo modelo de desenvolvimento,

35 – Indústria de baixo carbono

O Brasil deve apostar na criação de uma indústria de novo tipo, de baixo carbono, combinada com a indústria criativa, uma indústria que demandará cada vez mais pessoas qualificadas.

Na agricultura, é decisivo valorizar o trabalho, melhor qualificando-o para uma agricultura moderna, baseada na promoção da biodiversidade, na agroecologia e outros modelos de agricultura sustentável, reduzindo significativamente os graus de toxidade no trabalho agrícola, nos recursos naturais e nos alimentos.

36 – Economia criativa

A economia criativa é uma estratégia de desenvolvimento baseada na economia do conhecimento. Conhecimento em todos os sentidos: educação superior; tecnologias genéricas (as TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação); engenharia de produto e processo; novos métodos de gestão e design. Há enorme potencial para o Brasil na utilização das aptidões modernas da economia do conhecimento para transformar os setores intensivos em recursos natu-

rais em áreas de médio e alto conteúdo tecnológico. O objetivo é um novo salto tecnológico nesses setores e a criação de novos produtos, ou produtos diferenciados. Isso é importante para todo o País, mesmo em áreas metropolitanas, de intensiva urbanização, mas é a grande oportunidade para o desenvolvimento da economia amazônica, como sustenta a CNTU na campanha Brasil Inteligente Mais Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia. Essa campanha propõe construir as bases de uma nova economia da região – 60% do território brasileiro –, de alta capacidade criativa, utilizando-se da sociobiodiversidade, com ênfase em novos materiais e recursos energéticos. Essa deverá ser capaz de gerar progressivamente empreendimentos, trabalho de qualidade e produtos com alto valor agregado, voltados aos mercados interno e externo.

A economia criativa no Brasil pode desenvolver vantagens comparativas em setores de alta tecnologia, constituindo plataforma de exportação de software, por exemplo. Outra estratégia deve ser o domínio de tecnologias genéricas, como as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e suas convergências, para atender às necessidades tecnológicas dos principais setores da economia, bem como exportando produtos brasileiros. Fundamental ainda, a disseminação de inovação para criar pequenas empresas tecnológicas. Não podemos perder também a posição de vanguarda tecnológica em bioenergia e bioquímica, ou seja, energia e indústria química à base de novas formas de vida, a nível molecular.

Apesar do potencial criativo da sociedade brasileira e sua abertura para as mídias digitais, é muito lenta a tomada de posição dos agentes públicos pelo intensivo desenvolvimento das indústrias criativas e de conteúdos digitais (editorial, jornalístico, audiovisual, música, teatro, educação virtual etc).

Há enorme desejo e espaço na sociedade para inventar novos dispositivos de trabalho fundados em diferentes formas de partilha de responsabilidades, e que

também perscrutem bases de um novo modelo industrial e de uma nova forma de economia com universos de trocas mais horizontalizados, partilhamento de expectativas normativas (éticas de comunidades), sentimento de pertencimento, trabalho criativo e cooperativo, jornadas de trabalho mais flexíveis, relações não antropocêntricas com a natureza etc. Não se trata de involuir, pelo contrário, trata-se de mobilizar as forças da ciência, da tecnologia, da inovação, para a invenção de uma nova sociedade planetária, fundada num modelo industrial revalorizado.

37 – Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Não há projeto de desenvolvimento brasileiro sem a Amazônia, pois esta região constitui grande parte do território do País, mais precisamente 61% do território nacional. A Amazônia Legal, instituída em 1953, compreende 5,2 milhões de km², com uma população de 23 milhões de habitantes, e abrange os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e o oeste do Maranhão. O bioma amazônico (conjunto de ecossistemas interligados pela Floresta Amazônica e pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas), propriamente dito, é de 4,1 milhões de km² e uma população de 13 milhões de pessoas. A região tem a maior bacia de água doce e a maior biodiversidade do planeta, contando com áreas de florestas tropicais equivalentes a um terço do total do globo, mais de 200 espécies distintas de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e mais de 300 mamíferos diferentes. A floresta é a maior fonte natural no mundo para produtos farmacêuticos e bioquímicos, certamente para muitos outros produtos. O modelo baseado na extração predatória dos recursos florestais, seguida pela substituição da floresta por extensas áreas de pastagem ou agricultura, mostrou-se inapropriado

para a região. A ocupação da Amazônia se fez em surtos devastadores ligados à valorização momentânea de produtos nos mercados nacional e internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. Os custos ambientais desse processo, com seus quase 600 mil km² de ecossistemas naturais modificados, superam em muito os limitados benefícios sociais gerados por tais atividades. A perda de biodiversidade é a principal consequência do desflorestamento em grande escala na Amazônia, ameaçando milhares de espécies da sua fauna e flora.

É urgente aumentar o número de doutores na Amazônia e a maior ação deve ser a formação de quem vive na região



Para preservar a Amazônia, é preciso tocá-la com conhecimento, em que ciência e saberes populares se aliam para extrair da biodiversidade o que ela pode dar de melhor: um sentido nobre, ao em vez das culturas devastadoras. Nos próximos dez anos, construir as bases para implantar nova economia amazônica, intensiva em conhecimento científico e saberes populares com ênfase em: recursos florestais e da biodiversidade (pesquisa e desenvolvimento em novos materiais da floresta e da biodiversidade); recursos energéticos (energia solar, agroenergia e energia de terceira geração).

A campanha da CNTU Brasil Inteligente Mais Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia recomenda aos governos e sociedade:

- Criar e acreditar em um novo paradigma para a economia amazônica, assentada no desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional aplicado à sociobiodiversidade.

- Ter políticas continuadas, articuladas, atualizadas e concertadas entre os diferentes ministérios, governos estaduais, universidades, empresas e sociedade civil.

- Ampliar e fortalecer o sistema de C,T&I da Amazônia para o desenvolvimento de tecnologias e inovações voltadas à melhoria das condições socioambientais e econômicas da Amazônia.

- Criar ao menos duas universidades de padrão internacional e dois institutos de pesquisa focados em recursos da floresta e biodiversidade e recursos energéticos.

- Criar novas universidades na Amazônia tendo em conta o desenvolvimento equivalente das diversas partes do território.

- Expandir a pós-graduação na Amazônia como um dos eixos centrais da política de Ciência, Tecnologia e Inovação da região.

- Dobrar em curto prazo o número de bolsas de pós-graduação na região.

- Fortalecer os programas de doutorado, como o mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

- Dedicar, para a comunicação acadêmica e tecnológica, um canal no satélite de telecomunicações para a Amazônia.

- Interligar à internet, em rede alta velocidade, as instituições de educação, ciência, tecnologia e inovação da Amazônia.

De acordo com dados da Capes, os nove estados da Amazônia possuem 140 cursos de mestrado acadêmico, 39 de doutorado e seis de mestrado profissionalizante. Ou seja, 61% do território brasileiro, que conta com 10% da população brasileira e responde por 8% do PIB nacional, possui menos de 5% dos cursos de pós-graduação existentes no País. Além disso, do total de cursos amazônicos, 50% dos de doutorado estão na Universidade Federal do Pará (UFPA). Apesar de insuficientes e aquém das metas traçadas pelas políticas públicas, esses números expressam significativas melhorias realizadas nos últimos anos.

É urgente aumentar o número de doutores na Amazônia, dobrando-o nos próximos dez anos. Em 2007, encontravam-se 2,8 mil, e as estimativas apontam para algo em torno de 3,2 mil atualmente. A maior ação deve ser a formação de quem vive na região. Um dos instrumentos importantes é a cooperação interinstitucional com as melhores universidades brasileiras, sendo fundamental o aumento de bolsas de pós-graduação em geral e, em particular, de programas de doutorado interinstitucionais, como o mantido pela Capes. Acreditamos ser possível, em dez anos, a criação de diversas instituições de ensino na região amazônica, mas ao menos duas universidades de classe internacional, bem como dois institutos de pesquisa e desenvolvimento. Essas instituições deverão focar duas áreas do conhecimento decisivas para impulsionar e sustentar a nova economia amazônica: recursos florestais e biodiversidade (novos materiais) para desenvolvimento de materiais e substâncias a partir dos recursos disponibilizados pela biodiversidade; recursos energéticos, notadamente energia solar, agroenergia e energias de terceira geração.

Diretriz VI – Cultura e inteligência brasileiras

38 – A riqueza de uma nação é a sua capacidade de criação

Todos sabemos que a riqueza das nações não se define apenas pela valoração de bens econômicos, mas também pela agregação de conhecimento, pela capacidade de trabalho das nações em interação com a economia internacional. Eis a questão brasileira que vem de tempos atrás e se desdobra na atualidade e no futuro.

Se hoje estamos sendo limitados pela crise internacional a ter políticas mais defensivas, sabemos também que, no contexto e razões das políticas defensivas atuais, há que se fazer avançar políticas de futuro em que o Brasil aposte

A formação continuada desempenha papel importante para os cidadãos, a sociedade e a economia



em si mesmo para ser um *player* internacional de peso na sociedade da informação, do conhecimento. Apesar das precariedades educacionais e civilizacionais do país, temos chance de transformar a sociedade brasileira, em alguns anos, numa potente sociedade do saber, que produz uma economia criativa com forte expressão em várias áreas do conhecimento e da produção industrial. A profunda crise econômica internacional em curso, que ameaça o desenvolvimento dos povos e nações, deve ser enfrentada pelo Brasil não com o apequenamento dos propósitos, metas e ações, e sim com o investimento no progresso social e na educação e qualificação dos brasileiros de todas as idades. Nesse processo, educação, comunicação e cultura devem andar de forma articulada.

39 – Por um Sistema Nacional de Educação Continuada

A formação continuada desempenha papel importante para os cidadãos, a sociedade e a economia. A CNTU propõe a criação do Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários, com legislação específica e recursos tripartites para financiamento. A proposta baseia-se em alguns antecedentes legais, como a Convenção 140 da OIT, da qual o Brasil é signatário, ratificada pelo Congresso Nacional em 1992, entre outros. Essa convenção assegura a licença paga de estudos concedida aos trabalhadores com fins educativos, por um período determinado, durante as horas de trabalho e com pagamentos de prestações econômicas adequadas. Estipula ainda, que cada país membro deva formular e levar a cabo uma política para

fomentar a concessão e licença paga de estudos com fins de formação profissional em todos os níveis, de educação geral, social ou cívica e de educação sindical. A CNTU propõe a licença remunerada por 12 dias ao ano, além de apontar a constituição de recursos para financiar os programas de educação dos profissionais, com contribuição tripartite – do governo, da empresa e do profissional. Assim, como há o Vale Refeição e o Vale Cultura, a CNTU quer o Vale Educação Continuada para os profissionais universitários.

Significa investir na inovação, que é motor do desenvolvimento sustentável de um país. Hoje, temos mais de 12 milhões de profissionais liberais universitários no Brasil, o que resulta em mais de 10% da população economicamente ativa. Esses profissionais encontram dificuldades para se manter atualizados nas suas formações educacionais e profissionais ou para adquirir novas competências. Os sistemas públicos e privados de pós-graduação *lato sensu* brasileiro não conseguem atender a todos. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* costumam ser caros e inacessíveis à maioria. As empresas, quase sempre, relegam a educação de seus quadros aos esforços individuais, apesar de iniciativas empresariais avançadas que promovem, estimulam e colaboram com a educação de seus empregados. Os profissionais, geralmente, não têm tempo e recursos monetários necessários para financiar os estudos, até mesmo para um curso rápido de atualização ou de aprendizado de uma língua, ou de formação de novas competências, sejam elas profissionais, culturais e sociais.

40 – Brasil 2022 – O grande salto

Ao criar o projeto Brasil 2022 – O país que queremos, a CNTU quer ajudar a criar as condições, aliás já em processo, para o grande salto que o nosso país pode e deve dar na conquista de uma nova independência. Assim, espera-se romper com mazelas históricas de exclusão e subordinação, compor novas forças para uma sociedade em que a igualdade de direitos seja a tônica.

Eis o grande salto por vir – que evidentemente não está determinado. É preciso ser socialmente confirmado, desejado, produzido: uma sociedade em que cada pessoa seja considerada uma potência, uma vida em permanente criação, inovação e transformação, uma inteligência a serviço da vida, do bem-estar dos indivíduos e da coletividade, da prosperidade social compartilhada, da elevação da cultura, da educação, do pensamento e da criação artística, filosófica e científica. Uma sociedade do conhecimento para valer.

Com a Constituinte do Saber, o País será palco do maior e melhor debate público e democrático de suas forças criativas

Uma mobilização de todas as forças para que o nosso país possa expressar o melhor de si, a riqueza humana, vivendo em comunhão com a natureza. Um laboratório para a humanidade à procura de caminhos de convivência, renovação, valorização e pacificação da vida.

Esse laboratório terá seu grande momento – como pretende a CNTU e parceiros do projeto Brasil 2022 – na Constituinte do Saber. O país será palco do maior e melhor debate público e democrático de suas forças criativas. As forças das ciências, tecnologia, inovação, educação, saúde, indústria, cultura, artes, filosofia, política. Todas convergirão para a expressão das potencialidades criativas brasileiras.

41 – Comunicação e cultura como direitos sociais

Os déficits educacional, cultural e comunicacional da sociedade brasileira dificultam o potencial de desenvolvimento da economia apoiada no conhecimento e na conectividade. É decisivo, portanto, superar, com planejamento e ação persistente, a atual realidade em que o ensino médio não foi ainda universalizado, e o superior é privilégio de poucos. Mais de 40% da população brasileira está alijada do acesso a qualquer equipamento público de cultura. Apesar do crescente uso dos computadores e da internet pelos brasileiros, menos de 1% dos mais pobres tem acesso à rede.

A Constituição brasileira deve ser respeitada na sua orientação democratizante e de entendimento da comunicação e cultura como direitos sociais. Precisamos ainda de legislação que contemple os avanços econômicos e tecnológicos dos últimos anos. Acima dos interesses mercadológicos, devem estar os interesses públicos e sociais, ou seja, de universalização e acesso. É decisivo, nesse sentido, retomar-se o conceito de bem público na comunicação e cultura, mesmo quando operadas pelo setor privado.

42 – Mais recursos para a produção e distribuição de produtos culturais brasileiros

Na área cultural, percebe-se que a internet e a televisão por assinatura vêm moldando novos gostos e referências alienados da história e da cultura brasileira. Embora a nossa cultura seja naturalmente forjada na influência estrangeira, sobretudo europeia e africana, já se pode perceber a crescente desnacionalização das audiências, capturadas pelos produtos de corporações midiáticas sediadas, principalmente, nos Estados Unidos, em detrimento da produção brasileira. A globalização dos meios de comunicação é um problema a ser enfrentado no debate regulatório, visando à ampliação dos recursos e dos espaços de veiculação da produção audiovisual brasileira.



43 – Descentralização da produção cultural nacional

A descentralização da produção e distribuição dos produtos culturais têm decisivas repercussões no desenvolvimento de valores éticos e políticos, a partir do alargamento e diversificação das referências estéticas. Propicia, ainda, novas articulações entre o regional e o nacional, e entre o local e o global, enriquecendo o diálogo entre as diversas culturas nacionais e mundiais.

44 – Fortalecimento das mídias não comerciais

Além de garantir o acesso a todos, a liberdade de expressão, a coibição ao monopólio, e o incentivo à produção local de conteúdos, um dos desafios maiores da democratização da comunicação e da cultura no Brasil consiste no incremento do sistema público de comunicação. É preciso fortalecer a mídia não comercial, estatal ou produzida pelos movimentos sociais e culturais. Isso é fundamental para assegurar a criatividade e a diversidade e, sobretudo, garantir espaços de resistência social à redução da cultura aos limites do mercado.

Diretriz VII – Bem-estar social, qualidade de vida e ética

45 – Por uma ética da convivência

Construir uma ética da convivência significa pensar a sociedade com os seus espaços públicos como agentes de educação, que devem ser livremente acessados pelos diferentes componentes da esfera pública da sociedade, de toda a sua diversidade. A ética da convivência é a ética do convívio entre os diferentes nos diferentes espaços públicos, nos quais se possam expressar os valores e construir o bem comum. O espaço público, na atualidade, compreende as redes sociais e sua grande repercussão sem precedentes na formação social.

46 – Bioética para não se fazer mal a ninguém

Bioética é o resultado de um chamado a uma nova ótica ambiental de uma lógica onde a vida, o bios, se encontra num espaço central. Um eixo para pensarmos novas atitudes e posturas com relação à natureza, ao meio ambiente, mas também ao ser humano, nosso outro, próximo tão distante, mas não menos eloquente. A busca de uma alteridade que nos humanize repousa no reconhecimento da natureza como nosso “alter”. Em outras palavras, nossa humanidade está na nossa natureza. Este é o sentido da intenção da Bioética: valores como solidariedade, reconhecimento e respeito às diferenças, responsabilidade social e ambiental, ética e o princípio do cuidado são elementos norteadores da filosofia da Bioética.

Os princípios e conceitos de Bioética se assentam em três pilares, a beneficência, a autonomia e a justiça. A beneficência – *bonum facere* – do latim, fazer o bem ao paciente. E o critério mais antigo da ética médica deita suas raízes no paradigma hipocrático da medicina. As máximas desse critério são: fazer o bem; não causar dano; cuidar da saúde e favorecer a qualidade de vida. No juramento de Hipócrates é dito: “Aplicarei os regimes para o bem do doente, segundo

o meu saber e a minha razão, e nunca para prejudicar ou fazer o mal a quem quer que seja”. A autonomia – *autos*, eu; *nomos*, lei – diz respeito a capacidade que tem a racionalidade humana de fazer leis para si mesma, ou seja, capacidade de autogovernar, escolher, decidir, avaliar, entre outros, sem restrições externas ou internas. A justiça e o princípio garantem a distribuição justa, equitativa e universal dos benefícios do serviço da saúde. Nas considerações de critérios fundamentais e englobantes da Bioética, devemos citar a alteridade – a pessoa como fundamento de toda reflexão e de toda Bioética, da sacralidade da vida humana, valores inerentes ao sagrado do humano e, por último e não menos importante, a qualidade de vida – do início ao fim, nascer viver e morrer de forma digna.

47 – Por uma alimentação nutritiva e sem venenos

O Brasil vem vencendo em boa medida o problema da fome, apesar de ainda termos milhões de brasileiros sem alimentação adequada, além das pessoas em todo o Planeta. Há comida para todos, isso é fato, e o que não há é a forma de distribuí-la suficientemente para fazer chegar até o prato de cada um. Mais gente come, de fato, porém, infelizmente, come quase sempre erroneamente, com baixo valor nutritivo dos alimentos, crescentemente produzidos com uso de muitos elementos tóxicos. De partida, é preciso reconhecer que o que mais importa nos alimentos é que eles não sejam tóxicos e conttenham nutrientes. Daí, a importância do não uso de agrotóxicos e das políticas de regeneração do solo.

Alimentar a saúde, e não a doença, reporta a uma política de quitandas populares, com alimentos orgânicos ao alcance de todos. Assim como a farmácia popular é importante para os que precisam de remédios, a quitanda orgânica é decisiva

para que o povo tenha menos doenças e tome menos remédio.

Facilitar o acesso da sociedade ao alimento orgânico passa por muitos caminhos, inclusive o da criação de redes de coprodutores que se associam para dar cobertura a uma família ou grupo de agricultores produtores orgânicos, garantindo assim o direito a alimentos saudáveis, a um custo razoável. Esse investimento leva ainda a melhores condições de vida e trabalho dos produtores agrícolas e preservação ambiental.

O País deve contar com uma indústria de alimentos com base mais orgânica,

Alimentar a saúde, e não doença, reporta a uma política de quitandas populares, com alimentos orgânicos ao alcance de todos

pois a vida moderna exige o acesso aos alimentos processados, e aí a indústria pode colaborar no sentido de ofertar um alimento mais saudável, orgânico, com uso de menos aditivos, conservantes, sal, açúcar e gorduras.

O acesso à comida processada, no entanto, deve ser complementar, e não o principal alimento. Nesse sentido, é assustador a tendência recente de alto consumo da comida processada nos hábitos de vida dos trabalhadores urbanos, com visíveis e negativas repercussões sobre suas saúdes. O sedentarismo alimentar deve ser combatido em prol de um saber tradicional, que leve em conta a biodiversidade, os climas, as estações, o conhecimento popular e erudito dos alimentos, as práticas de cozinhas saudáveis dos antepassados, bem como a renovação que se pode dar ao uso dos produtos da biodiversidade brasileira na cozinha nacional e internacional.

48 – Contra o uso abusivo de agrotóxicos

O Brasil ultrapassou os Estados Unidos, assumindo o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Em nome da produtividade agrícola, do alimento barato para os pobres e da insustentabilidade ambiental da ampliação de áreas para a agricultura, mantém-se uma cultura perigosa do agrotóxico que afeta a saúde dos trabalhadores rurais e a dos consumidores em geral.

O que fazer? Nossa campanha, do Brasil Inteligente, Pela Alimentação Saudável, Contra o Uso Abusivo de Agrotóxicos propõe que a sociedade brasileira debata de forma aprofundada e permanente a questão dos agrotóxicos no Brasil, mobilizando movimentos sociais, sindicais, e produtores de alimentos e de conhecimento. É preciso examinar e controlar de forma adequada o uso dos agrotóxicos na agricultura brasileira.

Para que esse objetivo possa ser cumprido, a CNTU indica que é necessário:

- revisar a política nacional, bem como as práticas e usos na agricultura brasileira de agrotóxicos, em favor de uma política de direito à alimentação adequada e de segurança alimentar;

- criar critérios técnicos e éticos que sejam transparentes, amplos, independentes de interesses comerciais, para determinar e avaliar os níveis e as práticas de uso de agrotóxicos e outros produtos químicos na agricultura e na indústria em face do direito de uma alimentação adequada e segura de todos os brasileiros;

- obter das autoridades governamentais e órgãos públicos, bem como de toda a sociedade, notadamente das empresas de alimentação, compromissos de posturas responsáveis e engajadas de proteção à saúde coletiva, à segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada;

- banir do País os agrotóxicos comprovadamente de alta toxicidade, já banidos em outros países;

- estimular e apoiar programas confiáveis e independentes de interesses, para analisar a toxicidade das moléculas

e substâncias usadas nos agrotóxicos. Levar em conta esses estudos na ciência regulatória dos agrotóxicos e fármacos, hoje apoiados em estudos de laboratórios particulares contratados pelas empresas detentoras das substâncias;

- estimular e apoiar programas confiáveis e independentes de interesses econômicos que estudam o impacto e custo dos agrotóxicos, bem como dos produtos da agroecologia, na saúde humana e nos ecossistemas;

- proibir os métodos de aplicação aérea de agrotóxicos que ampliam as áreas contaminadas através dos descontrolados vapores;

- apoiar e estimular a agroecologia, a agricultura orgânica e a agricultura familiar com fortes políticas públicas que beneficiem o crescimento de sua produtividade (crédito, subsídios, pesquisa e assistência técnica).

É preciso examinar e controlar de forma adequada o uso dos agrotóxicos nas plantações brasileiras



49 – Uso racional de medicamentos

A importância dos medicamentos nos sistemas de saúde é inquestionável, pois sua utilização é a forma mais comum de terapias na sociedade contemporânea. Os medicamentos salvam vidas e melhoram a saúde. No entanto, o mau uso deles pode acarretar problemas de saúde. Ter acesso à assistência médica e a medicamentos não implica necessariamente em melhores condições de saúde ou qualidade de vida, pois os maus hábitos prescritivos, as falhas na dispensação e a automedicação inadequada podem levar a tratamentos ineficazes e pouco seguros. As pressões sociais, às quais estão submetidos os prescritores, a estrutura do sistema de saúde e o marketing farmacêutico são apontados como fatores mais comuns na problemática do mau uso dos medicamentos.

O uso racional dos medicamentos envolve uma série de áreas e competências, desde o legislador, até o consumidor final, passando pelo produtor, distribuidor, comercializador etc.

A CNTU, no âmbito do projeto Brasil Inteligente, visa a contribuir com a difusão do Uso Racional de Medicamentos (URM), junto às entidades e às lideranças sindicais, aos profissionais universitários, que compõem a base da entidade, às organizações da sociedade civil, à população em geral e aos governantes. Busca ainda:

- contribuir para que a sociedade compreenda que medicamentos não são produtos quaisquer, eles exigem cuidados especiais;

- apoiar as políticas públicas pelo uso racional de medicamentos e afirmar a importância de levar adiante e aprofundar a aplicação das mesmas;

- afirmar o papel da farmácia como estabelecimento de saúde e não supermercado;

- afirmar o papel decisivo do profissional farmacêutico para o uso racional dos medicamentos;

- contribuir para fortalecer as práticas preventivas de saúde e hábitos de vida saudáveis.

50 – Protagonismo social e emancipação das mulheres

Com a industrialização e o amplo emprego das mulheres no trabalho fabril, elas passam a frequentar a vida pública, ou seja, a agir através do exercício público da palavra. E a palavra que emerge dos movimentos de mulheres e feministas, já no século XIX, são de denúncia e contestação da exploração da mulher no trabalho fora e dentro de casa e de sua não representação na esfera pública. As mulheres manifestam o desejo de criar uma sociedade nova, com valores mais condizentes com a condição feminina. A manifestação desse desejo está consagrada nas diretrizes para uma política de gêneros da CNTU, em três

linhas de ações para valorizar a presença da mulher no trabalho, na reconfiguração social da saúde, a partir do reconhecimento da condição feminina e do corpo da mulher, e da importância da mulher em todos

É preciso lutar pela representação da mulher à altura de sua participação na composição do eleitorado e da população brasileira

os setores da vida social – trabalhista, cultural, científica e política. É preciso lutar ainda por sua representação à altura de sua participação na composição do eleitorado e da população brasileira, bem como do reconhecimento de sua capacidade para liderar. As diretrizes da CNTU visam a ga-

rantir: trabalho decente; igualdade de salários e de oportunidades; valorização das profissões do cuidado e da educação; saúde física, mental e social; direito ao corpo, ao plano de vida e ao planejamento familiar; ambientes adequados e decentes e equipamentos de trabalho adaptados ao corpo feminino; respeito aos ciclos de vida e à diversidade; participação e empoderamento das mulheres na política e no sindicalismo, para uma democracia mais plena; desenvolvimento da infraestrutura social que desafoga responsabilidades da mulher, igualdade nos negócios, liderança empresarial e empreendedorismo feminino.

